



## **BREVE MAREAR PELO SISTEMA DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA – SAEB<sup>1</sup>**

**Luciana Roseno de França<sup>2</sup>**

**Rosana Corrêa Paim<sup>3</sup>**

### **INTRODUÇÃO**

O presente artigo aborda uma breve reflexão acerca do processo de avaliação em larga escala. O período da década de 1990 foi marcado pelo discurso da melhoria da qualidade da educação. O incentivo de organismos internacionais às avaliações em larga escala teve um foco mais acentuado no início dos anos 1990 e desde então tem orientado a produção de políticas públicas educacionais.

A Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional, aprovada em 1996, já assegurava em seu escopo a atuação da União frente à avaliação do rendimento da educação básica e superior. Dessa forma, as avaliações servem como instrumentos para coletar dados sobre a realidade educacional brasileira ao mesmo tempo em que influenciam o cotidiano escolar, na medida em que norteiam o currículo ofertado e a organização do trabalho desenvolvido na escola.

Entretanto, indicadores padronizados não levam em consideração fatores intraescolares e extraescolares específicos do processo educativo. Nesse sentido, as avaliações em larga escala sinalizam um aspecto negativo, a saber, a tendência em sobrepôr o resultado ao processo educacional, e com isso, responsabilizar exclusivamente os atores do contexto escolar pelo

---

<sup>1</sup> Este artigo foi apresentado no EpenXXV, em novembro/2020.

<sup>2</sup> Especialização em Educação Infantil (IBPEX) e Especialização em Gestão Escolar (UNINTER). Cursando Especialização em Direito Educacional. Professora da rede municipal de ensino de Salvador-BA. Secretaria Municipal da Educação (SMED), Prefeitura de Salvador-BA. E-mail: luoseno.lf@gmail.com.

<sup>3</sup> Mestre em Gestão Educacional pela Universidade Santiago do Chile. Professora da rede pública de ensino básico. Secretaria de Educação do Estado da Bahia. E-mail: paimro@hotmail.com.



insucesso.

## **O SISTEMA DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA – SAEB**

Desde a década de 1930, ainda com Anísio Teixeira, o Estado brasileiro tem demonstrado interesse pela avaliação sistêmica no campo educacional. Porém, foi somente no final dos anos 1980 que, de fato, surgiu uma proposta de um Sistema Nacional de Avaliação. Vários fatores contribuíram, entre eles, as abordagens economicista e tecnicista no tratamento da questão da avaliação educacional, a indagação acadêmica e social da qualidade de ensino, a exigência de descentralização e, principalmente, a influência do contexto internacional.

A construção de indicadores internacionais de qualidade da educação pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) influenciou a política interna. Destaca-se, em 1990, a aplicação da primeira edição de provas e levantamento de dados do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb), financiada pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

Ao longo de suas edições, o Saeb passou por várias estruturações. Sobre este aspecto, Coelho (2008) afirma que “a segunda aplicação do Saeb em 1993 foi estruturada em três eixos de estudos: rendimento do aluno; perfil e práticas docentes; e perfil dos diretores e formas de gestão escolar”. A partir de 1995, o Saeb acrescentou o ensino médio e a rede particular de ensino; implantou técnicas mais modernas para medir o desempenho dos alunos; formulou instrumentos de levantamento de dados acerca das características socioeconômicas e culturais dos alunos; restringiu as séries avaliadas.

Não se pode olvidar que a avaliação sistêmica da educação básica tem por objetivo complementar o monitoramento da qualidade da educação no país. Nesse sentido, a LDB, lei nº 9.393/96, em seu artigo 9º, estabelece como responsabilidade da União a obtenção, análise e disseminação de



informações sobre educação e o processo nacional de avaliação do rendimento escolar no ensino fundamental, médio e superior, em colaboração com os sistemas de ensino, objetivando a fixação de prioridades e a melhoria da qualidade de ensino.

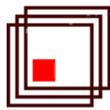
Para aprimorar esse monitoramento e incorporar a avaliação externa no cotidiano escolar de forma eficaz como apoio para melhorar a qualidade do ensino ofertado, o Saeb, em 1997, introduziu Matrizes de Referência na construção dos descritores que servem de base para a elaboração dos itens de provas. Além disso, em 2001, novas estratégias foram adotadas, tais como, a constante qualificação dos que atuam na escola, especialmente, dos professores; a abordagem das competências a fim de delinear o perfil cognitivo da população; e a aplicação de testes apenas de Língua Portuguesa e Matemática.

Contudo, o início dos anos 2000 foi marcado por fortes discussões acerca dos resultados do Saeb. Desde a sua criação, em 1995, mostraram-se insuficientes os índices de desempenho dos alunos quanto à aquisição das habilidades e competências esperadas para cada nível de ensino. Embora tenha havido a expansão do acesso, a qualidade está longe do desejado.

Assim, o Programa para Reforma Educacional na América Latina e Caribe (PREAL), em 2003, trouxe novos rumos para as políticas educacionais na América Latina e Caribe, destacando que a chave para a melhoria escolar na América Latina era o desenvolvimento profissional dos que atuam na escola, bem como a adoção de métodos e materiais já validados pela sua prática cotidiana.

Dessa forma, o Saeb, em 2005, passou a ser composto por duas avaliações: a Avaliação Nacional da Educação Básica (Aneb), de caráter amostral, com foco na gestão da educação básica, e a Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (Anresc), conhecida como Prova Brasil, de caráter universal do desempenho em Matemática e em Língua Portuguesa.

Em 2007, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) criou o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica



(Ideb), a fim de aferir a qualidade do aprendizado bem como definir metas visando à melhoria do ensino ofertado. O Ideb preza por dois objetivos: a) detectar baixo desempenho em termos de rendimento e proficiência dos alunos; b) monitorar a evolução temporal do desempenho dos alunos nas escolas e redes de ensino.

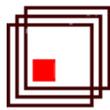
Impende salientar que diferentes fatores têm sido elencados como aspectos capazes de influenciar no êxito da aprendizagem: boas práticas pedagógicas; professores comprometidos e qualificados; participação ativa dos alunos; gestão democrática; parcerias externas.

Nesse diapasão, em 2013, uma importante inovação no Saeb aconteceu, a Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA), prevista no Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (Pnaic). O diferencial dessa avaliação é a sua articulação com uma proposta de formação de professores. Com isso, inclui-se a única etapa da educação básica que ainda estava fora da avaliação sistêmica.

Em 2019, com o escopo de se adequar à Base Nacional Comum Curricular (BNCC), o Saeb foi novamente reestruturado. A BNCC tornou-se a referência na formulação dos itens do 2º ano para Língua Portuguesa e Matemática e do 9º ano para os testes, por amostragem, de Ciências da natureza e humanas. Houve também a inclusão da Educação Infantil, em caráter de estudo-piloto utilizando-se de questionários eletrônicos.

Insta salientar que, no início de 2020, o Ministério da Educação divulgou uma nova versão do Saeb. Segundo o presidente do Inep, Alexandre Lopes, o ENEM tradicional vai continuar existindo, mas vai haver também o ENEM seriado. Além disso, o Saeb será anual e aplicado em todos os anos/séries a partir do 2º ano do Ensino Fundamental. Outro ponto relevante são as provas digitais, em que a cada resposta do aluno o sistema sorteia a próxima questão. Dessa forma, cada avaliação será única para cada aluno.

Por fim, outra inovação é o Programa de Residência em Avaliação Educacional. Serão firmados acordos com estados e municípios para que docentes de diferentes lugares do Brasil trabalhem no Inep temporariamente



com a finalidade de construir em conjunto o Saeb. Mais uma vez, observa-se a ideia de que os docentes são, em primeira instância, os responsáveis pelo atingimento das metas (ou não) no setor educacional, ignorando aspectos escolares importantes como gestão, infraestrutura e currículo, bem como fatores extraescolares que em muito influenciam o desempenho dos estudantes.

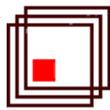
Sem dúvida, a valorização e formação docentes assim como as avaliações em larga escala são componentes fundamentais no campo das políticas educacionais, entretanto condicionar o sucesso nessas à exclusiva atuação daqueles impõe ao sistema um iminente naufrágio.

## **CONSIDERAÇÕES**

Enfim, o Sistema de Avaliação da Educação Básica no Brasil surgiu como elemento da gestão pública da educação fortemente influenciada por pesquisas e indicadores internacionais de qualidade. Organismos internacionais têm criado e financiado pesquisas e políticas educacionais em diferentes países ao redor do mundo a fim de mapear os problemas e compartilhar soluções viáveis.

No cenário doméstico, o Saeb, com seus resultados, oferece subsídios para a formulação e monitoramento de políticas públicas e programas educacionais que visam atender as necessidades do sistema educativo nacional, bem como disponibilizar informações concernentes ao contexto socioeconômico, cultural e escolar que impactam no desempenho dos alunos.

Por fim, o Saeb se concentrou nas práticas de sala de aula e no desempenho dos professores, impondo a estes a responsabilidade pela melhoria da qualidade da educação. Com isso, as mudanças mais recentes tendem a envolver os professores na elaboração dos instrumentos avaliativos do sistema, bem como promover a formação docente visando o incremento dos resultados.



## REFERÊNCIAS

BARBOSA, A. O. **Avaliação de larga escala em leitura**: Considerações sobre construto e método de avaliar no SAEB e no PISA. Horizontes de linguística aplicada. Ano 19, n. 1, p. 103-123. 2020.

BRASIL. **Saeb Histórico**. Brasília: INEP, 2020. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/educacao-basica/saeb>>. Acesso em 03 de agosto de 2020.

\_\_\_\_\_. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação**. 2020. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm)>. Acesso em 03 de agosto de 2020.

COELHO, M. I. M. Vinte anos de Avaliação da Educação Básica no Brasil: Aprendizagens e Desafios. Rio de Janeiro. **Ensaio: aval. Públ. Educ.**, v.16, n. 59, p. 229-258, abril/junho 2008.

FRANCO, C. O. Saeb: Sistema de Avaliação da Educação Básica: potencialidades, problemas e desafios. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 17, p. 127-133, maio/jun./jul./ago. 2001.